

OS USOS DO MEDO COMO FATOR ADMINISTRATIVO NA *VILLA ROMANA*: AS RELAÇÕES ENTRE SENHORES E ESCRAVOS NOS TRATADOS AGRÍCOLAS DE CATÃO, VARRÃO E COLUMELLA*

Deivid Valério Gaia**

Fabiana Martins Nascimento***

Resumo: *Importante unidade de produção na sociedade romana entre os séculos II a.C. e II d.C., a uilla constituía um tipo de propriedade agrícola pertencente aos ricos de Roma, com produção destinada aos mercados locais e de longa distância que conjugava a utilização de mão de obra escrava e livre. Dado o ritmo intenso de trabalho, somado ao processo de escravização de grande número de indivíduos, tensões se formavam na dinâmica das relações entre senhores e escravos nesse tipo de propriedade. Os tratados de Catão (160 a.C.), Varrão (37 a.C.) e Columella (35 d.C.) apresentam, de modo direto e indireto, algumas dessas tensões presentes na uilla e as possíveis respostas para contorná-las, sendo uma delas o uso do medo, em dois sentidos distintos: o medo que o escravo sentia do senhor e o que o senhor sentia do escravo – o primeiro, como ferramenta para controlar os escravos, e o segundo, como regulador das ações dos senhores. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar esses diferentes usos do medo nas relações escravistas na administração da uilla a partir dos autores supracitados.*

Palavras-chave: *Villa; escravidão; medo; Itália romana; agrônomos latinos.*

* Recebido em: 27/03/2021 e aprovado em: 15/05/2021.

** Professor adjunto de História Antiga do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de História Antiga (Lhia) da UFRJ. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir – USP/Ufop). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7818-3503>. E-mail: dvgaia@hotmail.com.

*** Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ e pesquisadora do Laboratório de História Antiga da UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9253-9799>. E-mail: fabianamn@gmail.com.

THE USES OF FEAR AS AN ADMINISTRATIVE FACTOR IN THE ROMAN *VILLA*: RELATIONS BETWEEN MASTERS AND SLAVES IN THE AGRICULTURAL TREATISES OF CATO, VARRO AND COLUMELLA

Abstract: Important unit of production in Roman society between the 2ND century BC and AD 2ND, the *uilla* constituted an agricultural property owned by rich from Rome that direct its production towards local as well as distant markets and conjugated the use of slaves and freeborn laborers. Because of the intense work pace and the process of enslavement of a large number of individuals, tensions formed in the relationship dynamic between masters and slaves in this type of property. The treatises written by Cato (160 BC), Varro (37 BC), and Columella (35 AD) present, in both a direct and indirect ways, some of the tensions in the *uilla* and possible means of solving them. One of these possibilities was the use of fear in two different senses: the fear felt by the slave and the fear felt by the master – the first one as a mechanism to control slaves and the second as a regulator of the master's actions. In this sense, this paper aims to analyze the different uses of fear in the administration of the *uilla* mobilizing the aforementioned authors.

Key words: *Villa*; slavery; fear; roman Italy; latin agronomists.

Introdução

A terra, desde o início da República considerada um dos bens mais importantes na sociedade romana, tornou-se ainda mais cobiçada depois da vitória dos romanos sobre os cartagineses na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). Na corrida pelas honrarias, lucro e poder, os ricos se dedicaram a investir largamente em propriedades agrícolas na Península Itálica, de modo a aumentar o patrimônio e reafirmar seu poder face às mudanças intensas do período. A *uilla*, edifício principal de uma propriedade rural, que servia, até fins do século III a.C., como refúgio da elite no campo, adquire novas funções e se torna um tipo de unidade produtiva voltada aos mercados locais, à cidade de Roma e a mercados de longa distância.¹ A mão de obra nesse tipo de propriedade era organizada a partir da escravidão, empregada de modo fixo, e do trabalho assalariado, em caráter sazonal e excepcional. Como defende Norberto Guarinello, “embora o pequeno camponês e o trabalhador livre não tivessem desaparecido, a região central da península tornara-se uma terra escravista” (GUARINELLO, 2014, p. 131). Assim, as tensões e contradições próprias da instituição escravista se acentuavam na *uilla*, uma vez que os escravos estavam submetidos a uma rígida jornada de trabalho que visava a boa produtividade da propriedade.

No contexto da *uilla*, a cadeia de comando se estruturava da seguinte forma: de um lado, o *dominus*² e o *uilicus*,³ administrando a propriedade e garantindo que todos cumprissem as suas funções, com o objetivo de melhorar a produtividade. Do outro, o escravo, submetido à autoridade do senhor, intermediado pelo *uilicus*, obrigado a trabalhar de modo eficiente. Nessa dinâmica, o escravo era submetido a extenuantes horas de trabalho, sujeito a punições e privações, de acordo com o julgamento de seus superiores. Por vezes, face à morte, se revoltava, criando prejuízo à *uilla*, o que culminava, em casos mais extremos, no assassinato do senhor. No entanto, era também no detalhe que se dava o processo de resistência: enganos e mentiras cotidianas para atrapalhar ou atrasar o processo produtivo, de modo a prejudicar o senhor ou o *uilicus*, também eram meios que os escravos utilizavam. Dessa relação revestida de muitas contradições, de explorações e também de abuso, emerge um fator usado para regulá-la: o medo.

Mobilizado como um instrumento administrativo para controlar os escravos, o medo ganhou novos contornos com a eclosão de processos de resistência à escravidão – sobretudo após as revoltas de escravos que ocorreram no final do século II a.C. e durante o século I a.C. Essas revoltas possivelmente contribuíram, de modo direto ou indireto, para uma mudança nas relações de trabalho entre escravos e senhores. Diante da violência, das punições, da fome e da presença constante da morte, os escravos sentiam medo. Os senhores, por sua vez, temerosos diante das represálias cotidianas e extremas dos escravos, deveriam gerenciar esse tipo de mão de obra a partir de meios conciliatórios capazes de, na medida do possível, diminuir ou neutralizar as tensões. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o medo como fator fundamental para regular as tensões no processo de administração da *uilla*.

A *uilla* como unidade de produção

De acordo com Guarinello, autor da tese intitulada *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C. – II d.C.)*, importante estudo arqueológico produzido no Brasil a respeito dos campos na Península Itálica, a *uilla* era caracterizada como uma “organização social específica do espaço rural”, que funcionava como um ponto de intervenção da cidade no campo, com um claro objetivo: “uma produção agrícola ‘racionalizada’, no sentido de orientar-se para o mercado” (GUA-

RINELLO, 1993, p. 31). Essa característica é central para compreendermos a *uilla* enquanto unidade de produção e as relações de trabalho intrínsecas a ela. Isto é, um tipo de organização econômica com procedimentos e propósitos específicos. A fortuna e o patrimônio dos membros da elite romana repousavam majoritariamente na posse da terra e no lucro proveniente das atividades econômicas da *uilla*, conforme destacado. Ao assumir uma função socioeconômica específica e importante, esse tipo de propriedade necessitava de modelos administrativos que envolviam tomadas de decisão a respeito de cada aspecto do processo produtivo. Como apontou Guarinello, a *uilla* constituía um “apanágio dos grupos sociais superiores, fonte de sua riqueza e parte integrante de seu modo de vida” (1993, p. 31).

O termo *uilla* se transformou concomitantemente às transformações na paisagem rural e não representava “uma palavra estática e morta”, pelo contrário, “acompanhou, pela multiplicação e diversificação de seu sentido, as mudanças na realidade social a que deveu sua origem” (GUARINELLO, 1993, p. 32). Diferentemente do que se defendeu por longo tempo, o meio rural não era um espaço estático e atrasado; a oposição com o meio urbano construiu essa imagem a partir de um antagonismo analítico que já não se sustenta, como a tese de Guarinello demonstrou. As mudanças, rupturas e diferenças no campo foram significativas. No entanto, algumas permanências e continuidades também podem ser observadas. No caso do termo *uilla*, seu núcleo invariável, isto é, estrutural, que se apresenta nos tratados de Catão, Varrão e Columella, tem as seguintes características:

Referia-se sempre ao núcleo habitativo de uma propriedade rural cuja produção se destinava à venda e para a qual o trabalho escravo era, se não exclusivo, ao menos muito importante. Outro traço das uillae, presente nos escritos agrários, era o absentismo de seus senhores, que habitavam regularmente nas cidades, visitando seus edifícios rurais apenas em determinados períodos. (GUARINELLO, 1993, p. 32)

A *uilla* se estruturava, portanto, em três pontos principais: na *produção orientada para o mercado*, no emprego do *trabalho escravo* e no *absentismo dos proprietários* (que justificava, em sua ausência nas operações diárias, a cadeia de comando centrada no *uilicus*). Esses pontos são fundamentais para compreendermos as ideias administrativas formuladas pelos agrônomos latinos – mobilizados como documentos principais neste arti-

go. Conforme aponta Nicholas Purcell, a produtividade da *uilla* constituía seu fator central, que se estruturava, entre outros, na exploração do meio ambiente e do trabalho (PURCELL, 1995, p. 178). Os agrônomos latinos propuseram diferentes estratégias ao longo do tempo para controlar a mão de obra escrava. Nesse cenário, o medo desempenhou, em diferentes contextos, papel central: ao mesmo tempo que servia como ferramenta para controlar os escravos, também era regulador das ações dos senhores. É a respeito da administração das tensões causadas e resultantes desse fator que nos ocuparemos nas próximas seções.

O medo como ferramenta administrativa por excelência

O sentido primário do medo nas relações escravistas seguia o curso da dinâmica de poder estabelecida, isto é, o senhor representava o medo. A categoria escravo se tratava juridicamente como *res*, um objeto que fazia parte da propriedade de outrem. No entanto, ao mesmo tempo, os antigos reconheciam a humanidade do escravizado. Mas como objeto poderia ser utilizado por seu senhor de qualquer forma, assim como qualquer outro bem. Como homem, o rumo de sua vida (sua libertação ou não, por exemplo) também estava a critério deste. Em suma, o senhor tinha o direito de decidir sobre a vida ou a morte do escravo (ANDREAU; DESCAT, 2006, p. 19; PATTERSON, 2008, p. 59). Esse domínio absoluto é importante para se compreender o medo enquanto ferramenta administrativa, pois ajuda a explicar como a dinâmica das relações escravistas se estabelecia. Os escravos estavam submetidos às vontades imprevisíveis de seu senhor, e aqueles que falhassem em agradá-lo enfrentariam o perigo de sua reação. Esse cenário não se restringia a escravos comuns, mas a todos, independentemente da posição que ocupassem na *familia*, de sua proximidade com o senhor e dos privilégios que usufruíssem. Nenhum escravo estava seguro de que não seria punido, e essa incerteza sobre as ações do senhor criava uma atmosfera de medo, tornando esse fator o principal aliado daqueles em posição de superioridade. Temendo, portanto, punição, os escravos se empenhavam em cumprir suas obrigações. Não importava o quão diversas fossem as condições dos escravos na sociedade romana; o medo, assim como a falta de direitos legalmente legitimados, os unia sob a mesma situação.

Na dinâmica da *uilla*, podemos analisar o medo como instrumento administrativo em duas situações diferentes, mas a partir de um agente em co-

mum: o *uilicus*. Antes de examinar as passagens, no entanto, é importante que se sublinhe que os agrônomos não precisavam necessariamente apontar a seus leitores que o medo constituía uma forma de controlar os escravos, pois essa era uma ideia inerente à instituição da escravidão. O que buscamos mostrar com a análise dessas passagens é a necessidade dos autores, especificamente Catão e Columella, em reafirmar tal dinâmica como forma de manter a boa administração da propriedade. Conforme observaremos, o medo enquanto ferramenta administrativa servia para reforçar a hierarquia de poder da unidade de produção.

Como instrumento administrativo, o medo aparece de forma explícita no *De Agri Cultura* de Catão, no capítulo no qual o autor escreve a respeito das obrigações da *uilica*. Dentre elas, lemos a seguinte orientação: “Cuida de que a companheira do administrador faça suas obrigações. Se o senhor a der a ti como companheira, contenta-te com ela. Faze com que te tema” (CATÃO. *De Agri Cultura*, 143).⁴ A forma explícita como Catão orienta a respeito do uso do medo como ferramenta de submissão da *uilica*, isto é, a sentença “faça com que ela te tema”,⁵ vai de encontro ao modo quase implícito que usualmente os autores se referem a esse recurso nos tratados. Possivelmente essa orientação direta se deve ao fato de se tratar, em primeiro lugar, de uma mulher, e, em segundo, de uma mulher que mantinha vínculo pessoal com o agente. A superioridade do *uilicus* em relação à *uilica* se estabelecia em uma série de âmbitos, determinados pelos valores morais da sociedade romana, sobretudo da elite, que entendia que a mulher deveria ser subordinada ao homem, em consequência da relação pessoal entre *uilicus* e *uilica*, que entendemos como similar àquela entre marido e esposa (CARLSEN, 2013, p. 111-112), e pela dinâmica interna da *uilla*, na qual o *uilicus*, na ausência do proprietário, era a autoridade máxima. Essa referência direta pode, portanto, demonstrar que a clareza da orientação se relaciona à condição daquele, ou, nesse caso, daquela, sob quem recairia o medo. Ainda que a *uilica* se tratasse de uma escrava que ocupava alto cargo na hierarquia da *uilla*, em comparação com os demais escravos, ela também deveria estar submetida a um cotidiano marcado pelo medo. O emprego do medo nesse caso, portanto, seguia a lógica da hierarquia social.

No restante do capítulo, lemos as demais obrigações e regras referentes à *uilica*. Catão (*De Agri Cultura*, 143) tem a preocupação de apontar tanto as obrigações dessa mulher – ela deveria ser limpa e organizada e manter também limpa e organizada a casa⁶ – quanto de estabelecer seus limites de

atuação dentro da propriedade – como, por exemplo, ela não deveria se engajar em adoração religiosa por si mesma e nem solicitar que outros realizassem alguma cerimônia a seu pedido, pois o senhor seria o responsável por atender as devoções da família⁷ – e também fora dela – visitar os vizinhos raramente e não recebê-los na casa nem ter parte com eles.⁸ O medo é, assim, mobilizado por Catão como um instrumento de controle, para regular as ações da *uilica* enquanto peça fundamental para o funcionamento da dinâmica da propriedade. A necessidade de manter essa mulher sob o signo do medo se relaciona possivelmente ao alto cargo que ela ocupava; afinal, as perdas seriam significativas se a agente responsável pelas operações cotidianas da casa não cumprisse o seu papel de acordo com o esperado.

Esse uso do medo aparece novamente, séculos mais tarde, no *De Re Rustica* de Columella. No capítulo em questão, esse autor se concentra no ponto que considera, a nosso ver, o mais importante na administração dos escravos: a alocação do trabalho. Isto é, Columella orienta a respeito das características, tanto físicas quanto intelectuais, que os escravos deveriam possuir para ocupar cada uma das funções da *uilla*. Ou seja, seriam designados aqueles escravos que melhor se encaixassem para efetuar determinada função de modo satisfatório. Quanto ao *uilicus*, o autor afirma que o agente deveria não apenas ser apto para a execução de atividades técnicas relativas à agricultura e pecuária, como também exercer a sua autoridade sem negligência e crueldade, de modo que fosse temido por sua severidade e não detestado por ela (COLUMELLA. *De Re Rustica*, 1.8.10).

Columella orienta, portanto, que o *uilicus* fosse temido por uma conduta equilibrada. Ele deveria causar medo pela severidade com que tratava os assuntos, mas não odiado por sua crueldade. Sua relação com os demais escravos deveria ser pautada pelo medo, mas não de modo que este ultrapassasse um limite moral, quando então se tornaria crueldade, prejudicial à dinâmica da propriedade, uma vez que fomentaria o ódio coletivo. No tratado de Columella, é ainda mais claro que o *uilicus* precisava mais do que conhecimento técnico e prático sobre a agricultura; tinha também de ser capaz de administrar aqueles que executariam as operações agrícolas.

O medo funciona como estratégia administrativa na medida em que nele se baseia o comportamento adotado por um sujeito em posição de comando (*uilicus*). O agente deveria impor medo com o objetivo de ter como resposta o comportamento ideal de seus subordinados (os demais escravos). Tal

ferramenta seria necessária para manter a cadeia de comando e, consequentemente, a ordem de funcionamento da propriedade. No entanto, a forma como o medo era mobilizado precisava cumprir determinadas regras. Era necessário gerar uma atmosfera de medo, mas se o limite fosse excedido, convertia-se em outro tipo de conduta, marcada pela crueldade, negativa para os objetivos econômicos e a conduta social. Alterando o comportamento do *uilicus*, também se alterava a resposta dos demais escravos, e Columella é claro nesse sentido, como apontado. Se temer o *uilicus* produzia a conduta apropriada, odiá-lo a subvertia.

A ideia de que o senhor e o *uilicus* deveriam ser temidos como forma de controlar os escravos e tornar a administração da propriedade eficiente não funciona por si só. Concomitantemente a essa estratégia, era necessária a mobilização de outras ferramentas para contentar/motivar e, por conseguinte, controlar os escravos. O trabalho escravo, central e fundamental para o funcionamento da *uilla* enquanto unidade produtiva, deveria funcionar a partir de um processo de especialização e hierarquização dos indivíduos, permeado por uma dinâmica de incentivos, recompensas e punições (NASCIMENTO, 2020, p. 104-156). Conforme aponta Keith Bradley (1987, p. 139-143), a escravidão funcionou por tantos séculos na sociedade romana porque os senhores foram capazes de estabelecer um sistema equilibrado de comando.

Porém, ainda que os senhores se esforçassem para manter os escravos controlados, a resistência era também constante nas relações escravistas. Seja no cotidiano ou a partir de sublevações grandiosas, os escravos, diariamente subjugados, encontravam meios de subverter o sentido do medo, tornando-o também frequente na vida de seus senhores, conforme discutiremos a seguir.

O medo como regulador das relações escravistas

O segundo sentido do medo segue o curso inverso da dinâmica de poder discutida anteriormente, na medida em que os escravos também causavam medo nos senhores. Conforme analisaremos em Varrão e Columella, os seus tratados apontam para o perigo que a massa escrava poderia constituir e buscam contornar esse panorama com determinadas estratégias administrativas. Essa preocupação latente em Varrão e reminescente em Columella não é sem razão. A sociedade romana conheceu três grandes revoltas de

escravos, de acordo com a documentação que chegou até nós. Duas delas ocorreram durante o século II a.C. na ilha da Sicília: a primeira, entre 138 e 135 a.C., e a segunda, entre 104 e 101 a.C. Durante o século I a.C., eclodiu perto de Roma, na cidade de Cápua, a Revolta de Espártaco, entre 73 e 70 a.C – isto é, algum tempo antes do período de escrita do *De Re Rustica* de Varrão –, que constituiu a maior revolta de escravos de que temos notícia na sociedade romana.⁹

Ainda que a revolta de Espártaco não tenha partido de escravos rurais, eles engrossaram as fileiras de rebeldes. Como aponta Bradley, essa alta adesão se relaciona com o descontentamento geral dos escravos na Península Itálica. Eles, declaradamente rejeitando seu *status* servil, preferiram o risco de se juntar à revolta e gozar de uma liberdade frágil, do que permanecer na condição em que se encontravam. O autor salienta que o rápido e grande crescimento da revolta não foram deliberadamente planejados por seu líder, o que demonstrou o nível de insatisfação geral dos escravos (BRADLEY, 1989, p. 99).

No seu *De Re Rustica*, Varrão não expõe o medo de forma explícita – em nenhum dos sentidos –, ao contrário de Catão e Columella, que o expressam explicitamente ao encontro das relações de poder na sociedade romana. Podemos observar, em Varrão, o uso do medo como regulador das relações escravistas. No capítulo que dedica aos escravos que compunham a mão de obra fixa da propriedade, dentre suas orientações, alerta para o perigo que eles representavam, ao pontuar que não deveriam ser nem temerosos e nem temerários¹⁰ (VARRÃO. *De Re Rustica*, 1.17.3). Escravos temerosos não seriam capazes de cumprir sua função de proteger seu senhor e seus interesses. Contudo, escravos temerários constituíam risco. A orientação era que os senhores deveriam se atentar para as características dos escravos antes de empregá-los em suas propriedades. Varrão assinala que seria necessário e prudente que seus pares temessem os escravos, ainda que não de forma inteiramente direta, mas a partir de um “medo surdo”, como chamou Paul Veyne (1990, p. 57). Os senhores sabiam que os escravos constituíam massa perigosa que habitava suas casas e até mesmo seus quartos. No entanto, anunciar o medo que sentiam de seus inferiores de modo direto feria o *ethos* da elite romana. Por essa razão, Varrão não desenvolve as consequências do emprego de um escravo temerário na *uilla*, mas é oportuno pontuar que, mesmo que tal informação fosse difundida entre os senhores, ele escolhe anunciá-la apenas indiretamente em seu tratado.

Consideramos, então, ser possível que a escolha de Varrão tivesse relação com a revolta de escravos que eclodiu à sua época.

A segunda orientação do autor que, a nosso ver, demonstra o uso do medo como regulador das ações do senhor se refere ao alerta para se evitar o convívio entre escravos que falassem a mesma língua e possuíssem características identitárias comuns, uma vez que isso poderia ocasionar problemas na casa¹¹ (VARRÃO. *De Re Rustica*, 1.17.5). Não seria absurdo considerar que tais problemas estivessem vinculados a um possível conluio dos escravos contra seus senhores, face à já mencionada proximidade entre a Revolta de Espártaco e o processo de escrita do *De Re Rustica*, já que Varrão acompanhou o desenrolar desse evento. Além disso, é preciso salientar que Plutarco afirmou que a participação dos escravos rurais na Revolta de Espártaco foi significativa (PLUTARCO. *Vidas paralelas, A vida de Crasso*, 9.3). Logo, a orientação de Varrão é a de evitar, em uma propriedade, a possibilidade de os escravos confabularem em língua estranha e, assim, criarem rede de identificação, o que, compreendemos, é um alerta contra provável facilidade de se estabelecerem formas de resistência. É preciso destacar ainda que essa orientação se localiza entre outras que demonstram duas características importantes sobre a forma como Varrão propõe a gestão da mão de obra escrava: o equilíbrio das ações do senhor e do *uilicus* e a distribuição de incentivos e recompensas.

Consideramos ainda que essas orientações de Varrão indicam que as revoltas trouxeram transformações na relação entre senhores e escravos – mudanças estas com o objetivo de tornar as relações escravistas sustentáveis e manter a instituição em funcionamento. O medo apontado por Varrão não era só pela integridade física dos senhores, mas também em relação às consequências econômicas que determinadas ações dos escravos poderiam causar à dinâmica produtiva da *uilla*. Além de risco para o senhor e seu patrimônio, em decorrência de saques e de danos físicos que poderiam ser causados a ele e sua família, a adesão dos escravos rurais à revolta significou também a desmobilização da estrutura de trabalho de algumas propriedades.

Após a revolta de Espártaco, o *terror servilis*, como designou Sandra Joshel, ou seja, o medo que os escravos espalharam pela sociedade, não desapareceu do imaginário social, ainda que os documentos não sejam explícitos a esse respeito (JOSHEL, 2011, p. 261). Diante disso, tornou-se

necessário estabelecer formas de controle ao mesmo tempo mais efetivas e menos agressivas. Isto é, uma administração baseada no contentamento (ainda que mínimo em alguns casos) dos escravos.

As prescrições de Varrão sobre a observância em relação à satisfação do *uilicus* e dos demais escravos em postos de comando abaixo dele, à distribuição de recompensas entre os escravos que se dedicavam ao trabalho (VARRÃO. *De Re Rustica*, 1.17.7), e à concessão para que pastores pudessem estabelecer família (VARRÃO. *De Re Rustica*, 2.10.6-11) constituem, a nosso ver, estratégias para uma administração mais eficiente e capaz de contornar a insatisfação dos escravos. Essa administração, portanto, era baseada em uma lógica de reciprocidade entre senhores e escravos, como observou Fábio Joly (2005, p. 66).

Estudiosos das décadas de 1970 e 1980, como, por exemplo, Peter Brunt e Moses Finley, analisaram as revoltas de escravos como eventos pontuais e sem importância no funcionamento da escravidão na sociedade romana. Eles argumentam, sobretudo, que estas teriam mobilizado apenas pequena parcela da grande população de escravos da Península Itálica no final da República (BRUNT, 1971, p. 122; FINLEY, 1991, p. 120). No entanto, defendemos que, ainda que as revoltas não tenham causado fratura no sistema vigente, provocaram, sem dúvida, fissuras a ser consertadas.

A ideia de as revoltas não terem sido relevantes no curso da história romana ignora as sutis mudanças que elas provocaram na mentalidade dos senhores de escravos, como defendemos ser o caso das orientações de Varrão analisadas acima (Catão, no seu *De Agri Cultura*, não centra sua atenção nessas questões). Ainda que a escravidão tenha permanecido como importante regime de trabalho na sociedade romana por pelo menos mais dois séculos e que os documentos continuassem a relatar abusos por parte dos senhores, é preciso considerar que as revoltas serviram como significativo termômetro para determinar as condições de funcionamento dessa instituição. Após as revoltas, os senhores ficaram cientes do potencial de organização e da destruição que os escravos poderiam causar. Esses processos, aponta Bradley, demonstraram que os modos de controlar os escravos até então – a partir de meios coercitivos ou conciliatórios – eram pouco sistemáticos e insuficientes (BRADLEY, 1989, p. 137). O medo que os senhores sentiam de seus escravos não era novidade, mas foi possivelmente potencializado e passou a servir como regulador das relações entre

eles. Columella, um século mais tarde, também propôs orientações que recorriam ao medo como regulador das relações escravistas.

No seu *De Re Rustica*, Columella orienta que o *uilicus* não deveria libertar aqueles escravos punidos pelo senhor e nem aqueles que ele mesmo tivesse punido, antes de levar a situação ao conhecimento do senhor. Ele salienta que o agente deveria ser justo com os demais escravos, sobretudo quanto a questões materiais, ou seja, vestuário, comida e quaisquer outros subsídios. Isso porque, como a dinâmica de organização do trabalho na *uilla* era estruturada a partir de uma longa hierarquia, a distância entre o *uilicus* e o escravo comum se tornava significativa e poderia resultar em injustiças cometidas por escravos intermediários. Expostos às injustiças, esses escravos estariam mais propensos a se tornarem temidos (COLUMELLA. *De Re Rustica*, 1.8.16-17). A insatisfação poderia ser plantada nos escravos em consequência da má administração do *uilicus*, por sua incapacidade de agir de forma justa; é necessário reiterar que o bom proceder do *uilicus* era um ponto fundamental na administração columelliana. Essa orientação indica que esse autor estava preocupado em evitar situações que pudessem levar à extrema indignação dos escravos. Além disso, assim como Varrão, Columella também propôs um sistema de incentivos e recompensas, de modo a estabelecer certo contentamento entre os escravos.

Além de as revoltas possivelmente ainda fazerem parte do imaginário social no período de escrita do *De Re Rustica* de Columella, outras formas de resistência escrava também preocupavam os romanos. Ainda que a revolta fosse o meio mais extremo e que poderia causar maiores danos aos proprietários, as demais formas cotidianas de resistir também poderiam resultar em danos econômicos e físicos, o que tornava o medo dos senhores ainda mais constante e latente.¹²

Quando, no século I a.C., as *uillae* consolidaram suas funções produtivas, tornou-se necessário ajustar o modo como os escravos deveriam ser administrados para que a prosperidade do modelo se perpetuasse. Defendemos, por essa razão, que, no seu *De Re Rustica*, Varrão estabeleceu um sistema organizacional e gestacional mais detalhado, que se tornaria ainda mais complexo no *De Re Rustica* de Columella. Como salienta Bradley, a aparente maior estabilidade na relação escravo-senhor durante o período imperial indica que a sociedade percebeu a necessidade de estabelecer ajustes que, de alguma forma, acomodassem certos elementos do conjunto da população escrava.

Um ajuste que se concentrava, de modo geral, nos meios de controle desses indivíduos (BRADLEY, 1989, p. 132). É importante salientar que não defendemos que o medo, nesse sentido não usual, não estivesse presente nas relações escravistas antes das revoltas, ou que antes delas os senhores não tivessem estabelecido meios conciliatórios. Consideramos, ao contrário, que elas serviram para potencializar não só a insatisfação dos escravos, mas também as respostas dos senhores a tal insatisfação.

Ainda que os tratados agrícolas de Catão, Varrão e Columella abordem de modos distintos a administração da propriedade agrícola, inclusive no que diz respeito aos gêneros literários escolhidos por eles, seus objetivos podem ser descritos como similares: a instrução do leitor, para que este tornasse a propriedade lucrativa. Ao formulá-los, esses autores nos informaram a respeito das ideias da elite romana sobre as formas consideradas mais eficientes para administrar seus patrimônios. Nesse sentido, a análise comparativa dos documentos, em perspectiva com seus contextos de produção, nos indica que o medo dos senhores em relação aos escravos, em decorrência das resistências, influenciava e regulava o modo como eles deveriam tratar os escravos. Ainda que a evidência seja relativamente escassa, é muito significativa, pois precisamos levar em consideração o que significava a demonstração do medo nesse sentido inverso da dinâmica de poder.

De modo geral, o medo era uma emoção a ser evitada pelos membros da elite romana. Mesmo no sentido primário, isto é, a partir do seu uso pelos senhores como ferramenta para controlar os escravos, os excessos de crueldade deveriam ser evitados, já que iriam de encontro às virtudes romanas que formavam o *ethos* desse grupo social – como, por exemplo, a *pietas*.¹³ Ainda que relatos sobre atos de crueldade contra escravos fossem frequentes na literatura romana, atitudes desmedidas eram criticadas e os agrônomos latinos foram cautelosos em abordar o medo em seus tratados. Este, em seu sentido “inverso”, seria ainda mais delicado de ser mencionado, uma vez que se tratava de uma situação que inferiorizava sujeitos em posição de poder. Assim, ainda que Varrão e Columella deixem nas entrelinhas os temores que os senhores deveriam sentir de seus escravos, as menções ao medo e ao seu uso para regular as ações dos senhores são relevantes. Tanto a memória das revoltas de escravos quanto a consciência de que eles constantemente resistiam à condição que lhes era imposta – e o medo resultante dessas pequenas e grandes resistências – constituíam, a nosso ver, aspectos centrais das relações escravistas.

Considerações finais

As ideias apresentadas pelos agrônomos latinos em seus tratados demonstram, portanto, que o medo tinha dois sentidos nas relações escravistas, como apontado em cada seção do presente artigo. Em cada um de seus sentidos, o medo cumpria uma função administrativa que objetivava a melhor produção da *uilla*. Quando mobilizado no seu sentido “usual”, quer dizer, por indivíduos em posição de superioridade para coagir aqueles em posição de inferioridade, podemos considerá-lo como ferramenta central para o controle de grande número de escravos submetidos a situações extremas de exploração. Ainda que esse sentido do medo não tenha sido abandonado enquanto a instituição da escravidão permaneceu como relevante exploradora de mão de obra na sociedade romana, os diferentes tipos de resistência dos escravizados levaram a um novo sentido do medo, causado por aqueles em situação de inferioridade aos que os exploravam. Nesse sentido “inusual”, o medo foi mobilizado, por necessidade, como um regulador das ações dos senhores. Isto é, o medo que sentiam de seus escravos determinava, em parte, o curso de ação no seu gerenciamento. Esse seria um modo de manter o funcionamento da instituição da escravidão, apesar de suas constantes tensões, em suma, pela resposta daqueles submetidos ao processo de escravização.

Documentação escrita

CATO. *On Agriculture*; VARRO. *On Agriculture*. (Loeb Classical Library L 283). Trad. Harrison Boyd Ash e Willian Davies Hooper. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.

CATÃO, M. P. *Da agricultura*. Trad. Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

COLUMELLA. *On Agriculture*. Trad. Harrison Boyd Ash. (Loeb Classical Library 361; 407; 408). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1941.

PLUTARCH. *Lives: Pericles and Fabius Maximus. Nicias and Crassus*. Trad. Bernadotte Perrin. (Loeb Classical Library 65). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1916. v. III.

VARRÃO. *Das coisas do campo*. Trad. Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Referências bibliográficas

ANDREAU, Jean; DESCAT, Raymond. *Esclave en Grèce et à Rome*. Paris: Hachette Littératures, 2006.

AWE. In: Cambridge Dictionary Online, Cambridge, 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/awe>. Acesso em: 11 fev. 2020.

AUBERT, Jean Jacques. Managers of agricultural estates. In: _____. *Business managers in ancient Rome: a social and economic study of Institores*, 200B.C.-A.D.250. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BRADLEY, Keith. *Slaves and masters in the Roman Empire: a study in social control*. Bruxellas: Latomus, 1987.

_____. *Slavery and rebellion in the Roman world, 140 b.C.-70b.C*. Indiana: Indiana University Press, 1989.

_____. Resisting slavery at Rome. In: BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (orgs.). *The Cambridge World History of Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. v. 1.

BRUNT, Peter Astbury. *Italian manpower, 225 B.C.–A.D. 14*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

CARLSEN, Jesper. The *villica* and Roman estate management. In: CARLSEN, Jesper. *Land and labour: Studies in Roman social and economic history*. Roma: L'Emma do Bretschneider, 2013, p. 111-112.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Historie des mots. Paris: Klincksieck, 1931, p. 613.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C.-II d.C.)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

JOSHEL, Sandra. Slavery and Roman literary culture. In: BRADLEY, Keith; CARTLEDGE, Paul (orgs.). *The Cambridge world history of slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. v. 1.

NASCIMENTO, Fabiana Martins. Sobre o papel do medo na administração da uilla: uma análise dos tratados agrícolas de Catão, Varrão e Columela. *Gaia*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 168-201, 2019.

NASCIMENTO, Fabiana Martins. *A uilla e a economia rural romana: uma análise comparada dos modelos administrativos dos tratados agrícolas De Agri Cultura de Catão, De Re Rustica de Varrão e De Re Rustica de Columella*. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparado*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora UNICAMP, 2008.

PURCELL, Nicholas. The Roman villa and the landscape of production. In: CORNELL, Tim J.; LOMAS, Kathryn (eds.). *Urban society in roman Italy*. Londres: UCL Press, 1995, p. 157-184.

VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Notas

¹ Não queremos com tal afirmação sugerir que os mercados eram unificados, mas que a *uilla* atendia diferentes tipos de mercados no Mediterrâneo em função do seu tipo de produção. No entanto, a maioria dela era voltada essencialmente ao mercado local e romano.

² *Dominus* significa o dono da casa, o senhor dos escravos (ERNOUT; MEILLET, 1931, p. 282).

³ *Vilicus* significa o agente escravo responsável pela propriedade na ausência do senhor e proprietário. Sobre esse agente, ver Aubert (1994).

⁴ A princípio, é difícil definir se Catão orienta que a *uilica* tema o proprietário ou o *uilicus*, mas considerando que a segunda frase se dirige ao *uilicus*, concluímos que todas as orientações se referem ao agente. Isto é, o autor orienta que o proprietário ordenasse ao *uilicus* que ele estabelecesse uma dinâmica de submissão em relação à sua esposa, baseada no medo.

⁵ Na edição da Loeb Classic Library, Harrison Boyd Ash traduz o verbo “*metuat*” como “*awe*”, que, de acordo com o Thesaurus, significa “*to admire someone or something*”. Matheus Trevizam, em sua tradução do *De Agri Cultura* de Catão, no entanto, traduz como “*temer*” (na referida tradução, o termo se encontra na página 141). Considerando o significado apresentado por Alfred Ernout e Antoine Meillet no *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, a palavra “*me-*

tus”, da qual deriva “*metuat*”, pode ser traduzida como “contrainte morale imposée à qq’un pour lui faire accomplir un certain acte, par la menace d’un mal imminente”, isto é “obrigação moral imposta a alguém para fazê-lo cumprir um tipo de ato por meio de ameaça de um mal imminente” (ERNOUT; MEILLET, 1931, p. 613. Tradução nossa). Isto é, um tipo de dinâmica que se aproxima mais do medo do que da admiração. Assim, seguimos a tradução de Trevizam e a definição de Ernout e Meillet.

⁶ “Que seja limpa; que mantenha a sede varrida e com asseio; que mantenha a lareira diariamente limpa e varrida, antes de deitar-se.”

⁷ “Que não realize sacrifícios nem mande que outros os façam em seu lugar sem ordens do senhor ou da senhora. Que saiba que o senhor é responsável pelos sacrifícios por todos os de casa.”

⁸ “Que tenha pouquíssima intimidade com as vizinhas e outras mulheres e não as receba na sede ou as tenha junto de si. Que não vá banquetear-se em parte alguma nem seja passeadeira.”

⁹ Sobre as revoltas de escravos, ver Bradley (1989).

¹⁰ “Não convém que os escravos sejam medrosos nem temerários.”

¹¹ “Também não se devem ter muitos escravos da mesma nação, pois isso é o principal motivo para que haja desavenças frequentes na sede.”

¹² Além das mencionadas revoltas, as formas de resistência escrava podem ser divididas em duas categorias: aquelas que denominamos como cotidianas e aquelas que podemos considerar como excepcionais. Na primeira categoria, incluímos pequenas ações dos escravos que pudessem prejudicar a produção da *uilla*. Dentre elas, podemos citar, por exemplo, a fofoca, a preguiça e má interpretação proposital. Quanto a formas de resistência excepcionais, eram caracterizadas por atitudes que pudessem prejudicar grandemente a *uilla* e os senhores, de modo momentâneo ou perene. Podemos citar fugas, aborto e suicídio. Sobre as características dos diferentes tipos de resistência escrava, ver Bradley (2011).

¹³ A ideia de que o medo era uma emoção a ser evitada pelos membros da elite romana foi trabalhada no artigo de Fabiana Nascimento (2019).